

NOTICIÁRIO

NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (NÚCLEO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Realizou-se em 25 de junho pp., conjuntamente com uma sessão cultural da Sociedade de Estudos Históricos, a eleição da nova Diretoria do Núcleo Regional do Estado de São Paulo, da Associação de Professores Universitários de História, que ficou assim constituída:

Diretor: — Prof. Eduardo d'Oliveira França;

Secretário: — Carlos Guilherme Magalhães Mota;

Tesoureiro: — Odilon Nogueira de Matos;

Conselho Consultivo: — Professores Nícia Vilela Luz, Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula e Emanuel Soares da Veiga Garcia.

E. SIMÕES DE PAULA

* *

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MARÍTIMA. (Programa Geral).

(Beirute, de 5 a 10 de setembro de 1966).
(3.a circular).

Organizado pela Comissão Libanesa para a UNESCO, Comissão Internacional de História Marítima e a Associação Histórica Internacional do Oceano Índico.

TEMA: SOCIEDADES E COMPANHIAS DE COMÉRCIO NO ORIENTE E NO OCEANO ÍNDICO.

Segunda-feira, 5 de setembro.

- 9 horas. Sessão inaugural presidida pelo Ministro da Educação Nacional do Líbano.
Alocações inaugurais.
Conferência pelo Prof. Le Lannou (Lyon): As grandes vias de relações entre o Oriente e o Ocidente.

Sessões de trabalho.

10,30 horas.

Secção I: Antigüidade e Idade Média.

A Arqueologia como auxiliar da História Marítima.

Relatório: Tiro à luz dos textos e das descobertas arqueológicas: Emir Maurice Chehab (Diretor Geral das Antigüidades do Líbano).

Comunicações:

Prof. Van Effenterre (Paris).
Miss Frost (Londres).

Secção II: Tempos modernos e contemporâneos.

Relatórios: As origens das Companhias: Prof. Mantran (Aix). O desenvolvimento das Companhias: proposição dos problemas:

Prof. Chaunu (Caen) e
Prof. Furber (Filadélfia).

Comunicações:

R. Pe. Hours (Beirute, Universidade de São José).
Prof. Delumeau (Rennes).

15,00 horas. Visita ao palácio de Beit ed Din.

18,00 horas. Recepção oferecida no Hotel Carlton pela Comissão Internacional de História Marítima e a Associação Histórica Internacional do Oceano Índico.

Têrça-feira, 6 de setembro.

Sessões de trabalho.

Secção I:

8,30 horas. **Relatórios:** A encruzilhada fenícia: Prof. e Mme. Gilbert Charles-Picard (Paris).

As navegações nos mares do Próximo-Oriente e Oceano Índico até a época árabe: Sr. Le Rider (Paris, Biblioteca Nacional).

Comunicação:

Dr. Rougé (Universidade de Lyon).

11,00 horas. **Relatório:** Conhecimento mútuo do Extremo-Oriente e do Extremo Ocidente pela via do Oceano Índico na Idade Média: Prof. Needham (Cambridge).

Comunicação:

Prof. Jung Pan Lo (Califórnia).

Secção II.

8,30 horas. **Relatório:** O funcionamento das Companhias: Prof. Dermigny (Montpellier).

Prof. Glaman (Copenhague).

Mme. Meilink (Arquivos Gerais. Países-Baixos).

Comunicações:

Prof. Carswell (Beirute, Universidade Americana).

Dr. Rossingh (Arquivos Gerais. Países-Baixos).
Miss Ly Tio Fame (Bibl. Sugar Industry Res.
Inst., Ilha Maurício).

Dr. Valette (Arqu. República Malgache).

Sr. Georgelin (C.N.R.S. França).

Prof. W. Kirk (Leicester).

16,00 horas. Visita ao Museu Nacional e Exposição consagrada ao passado marítimo libanês.

18,00 horas. Recepção oferecida pelo Sr. Franzi Ghandour, presidente da Câmara de Navegação.

Quarta-feira, 7 de setembro.

Excursão a Biblos, Tiro (almôço) e Sidon, oferecida pelo Conselho Nacional de Turismo.

Quinta-feira, 8 de setembro.

Sessões de trabalho.

Secção I.

8,30 horas. **Relatório:** A preponderância islâmica no Oceano Índico:

Prof. Aubin (Paris).

Prof. Cahen (Paris).

Prof. Serjeant (Cambridge).

Comunicações:

Comandante Grosset-Grange (Ruão).

Prof. Wang Gungwu (Kuala-Lampur).

Prof. Vérin (Madagascar).

Prof. Labib (Kiel).

Dr. Kirkman (Mombaça).

Secção II.

8,30 horas. **Relatório:** As fontes arquivísticas orientais da história das Companhias: Miss Keswani (Arquivo Nacional. Índia).

Comunicações:

Mlle de la Roncière (Paris. Bibl. Nac.).

Prof. De Graaf (Haia).

R. Pe. E. Arnaiz (Macau).

11,00 horas. **Relatório:** Influência do comércio oriental sobre a economia ocidental: Prof. Leuillot (Paris).

Comunicações:

Prof. Barun De (Calcutá).

Dr. Babudieri (Trieste).

16,00 horas. Visita a Beirute ou visita ao pôrto (em barcos).

18,00 horas. Recepção oferecida pelo Sr. Henri Pharaon, presidente da Companhia do Pôrto.

Sexta-feira, 9 de setembro.

Sessões de trabalho.

Secção I.

- 8,30 horas. **Relatório:** As relações comerciais dos ocidentais com os países do Oriente na Idade Média:

Dr. Baratier (Marselha).
Prof. Bautier (Paris).
Prof. Lopez (Yale).

Comunicações:

Prof. Richard (Dijon).
Mlle Carrère (Universidade de Toulouse).
Prof. Sprandel (Freiburgo im B.).
Sr. Balard (Escola Francesa de Roma).

Secção II.

- 8,30 horas. **Relatório:** Influência do comércio ocidental sôbre a economia oriental:

Prof. Cheong (Hong-Kong).
Dr. Toussaint (Arquiv. Maurícia).
Dr. Schérer (Arquiv. Reunião).
Comandante Labrousse (Marinha, Djibouti).
Prof. Tregonning (Singapura).
Prof. Bourde (Aix).

- 12,30 horas. Partida para Dhour el Choueir. Almôço campestre oferecido por Mme Camille Aboussouan, secretária geral da Comissão libanesa para a UNESCO. Excursão na montanha libanesa.

Sábado, 10 de setembro.

- 11,00 horas. Partida para Baalbeck, almôço em Chtaura (excursão oferecida pelo Secretário Geral de Informações).
15,30 horas. Visita aos templos sob a direção do Emir Maurice Chehab.
17,30 horas. Sessão de encerramento no templo de Baco.

Conclusões apresentadas por:

Prof. Melis (Florença) para a Secção I.
Dr. Toussaint, presidente da AHIOI, para a Secção II.

Alocução de agradecimento: Prof. Verlinden, Vice-presidente da Comissão Internacional de História Marítima.

MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES

*

* *

LIVRE-DOCÊNCIA NA CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

PROVA DIDÁTICA.

Na manhã de 25 de novembro de 1964 iniciavam suas provas públicas as candidatas à livre-docência da Cadeira de História da Civilização Brasileira: Profas. Emilia Viotti da Costa e Nícia Villela Luz que então proferiram suas respectivas aulas.

Não era pequena a dificuldade a vencer, nessa prova didática, dada a extensão do tema proposto, a saber: "As primeiras instituições coloniais. As Capitanias hereditárias e o Govêrno Geral". Contudo, ambas as candidatas lograram entrentá-la com êxito. Abordaram o tema sob prismas diferentes, cada qual à sua maneira, proporcionando ao auditório mais uma elucidativa demonstração de como duas personalidades e dois estilos podem dissertar diversamente sôbre o mesmo assunto. Experiência sempre útil, no plano universitário.

Primeiro, ministrou sua aula a Profa. **Emília Viotti da Costa** que inicialmente fixou os objetivos primordiais de sua aula: abrir rumos certos, propor problemas e aventar soluções, iniciando os estudantes no estudo do tema e incitando-os a futuros desenvolvimentos, o que lhe parece ser uma das finalidades do ensino universitário da História.

Entrando no assunto, começou por examinar a historiografia referente ao tema, desde os cronistas, menos interessados numa caracterização das formas institucionais que numa narrativa dos episódios, até os historiadores do século XIX e XX (Varnhagen, Capistrano) em cuja obra se manifesta, a princípio, a tendência a enxergar, no primeiro sistema de colonização adotado, certas características do feudalismo, dando-se um passo mais avançado em tal direção, na obra de historiadores como Malheiro Dias e Oliveira Vianna. A essa corrente, no fim da década de 1930, veio opor-se nova tendência historiográfica que punha mais em realce os aspectos sociais e econômicos, e encarecia sobretudo as diferenças entre a Capitania e o feudo medieval, chegando a conceituar a Capitania como um organismo de tipo capitalístico (Roberto Simonsen, Alexander Marchant, Raul de Andrada e Silva). A partir de então, oscilam os historiadores entre as duas tendências, corrigindo-as ou equilibrando-as, de certa maneira.

Acentuou, em seguida, a Profa. Emilia Viotti da Costa, que êsse problema só se esclarece pela análise dos seguintes dados: a) — a formação do moderno Estado português, através da qual persistem traços feudais que se refletirão nos quadros institucionais da colônia; b). — o caráter de cruzada ou de empreitada comercial da colonização, prevalecendo a tendência mercantil; c). — as pressões externas, decorrentes da expansão competitiva dos demais povos europeus; d). — as realidades do Brasil que impunham condições

específicas à colonização, no plano do povoamento, da produção econômica e da mão-de-obra (escravidão). Dentro deste quadro é que podem ser compreendidas as formas institucionais das Capitânicas e do Governo Geral.

Passou a candidata então às formas institucionais das duas experiências colonizadoras, começando por sucinta análise das causas determinantes da instauração das Capitânicas, para passar depois a uma sùmula dos direitos e deveres dos donatários, mediante análise da carta de doação de Duarte Coelho. Ao explicar as circunstâncias que motivaram o malôgro das Capitânicas, conclui que o advento do Governo Geral não resultara tanto desse malôgro, mas da crise que assaltava o Império português, aqui e noutras colônias, e provocou maior interesse pelo açúcar que o Brasil podia produzir em condições incomparáveis.

A centralização, porém, não se fez sem resistência. O Regimento de Tomé de Souza conferia ao Governador meios de controlar a ação dos Capitães-mores; mas, a centralização não se completou prontamente, por fôrça de alguns elementos que a contrabalançavam: o poder eclesiástico, apoiado no prestígio dos jesuítas; as resistências dos donatários e dos colonos.

Na conclusão, foi ressaltado que o processo centralizador evoluiu, desde o fim do primeiro século, na medida em que foram mudando os quadros da Metrópole e as realidades da colônia brasileira. E a compreensão desse processo não será atingida, sem que se considere a relação entre as formas institucionais e as realidades a que devem adequar-se, umas agindo sôbre as outras, reciprocamente.

*

Depois de apresentar uma breve bibliografia que reputa fundamental, a Profa. **Nícla Villela Luz**, dirigiu sua exposição desde logo para as próprias instituições, seus antecedentes e a história de sua aplicação, as exigências que levaram a Metrópole a uma política de fixação de povoadores, capaz de assegurar a posse e a exploração econômica da terra, em termos de monopólio, já ameaçado pela corsaria, quando se estabelece o regime das Capitânicas.

Na caracterização do sistema das donatárias, relembra também o debate entre os que o consideram feudal (Malheiro Dias, Oliveira Vianna) e os que nêle viram, antes, uma organização de tipo capitalístico (A. Marchant, R. Simonsen, Raul de Andrada). E conclui: o que a Corôa sobretudo tinha em mira era estabelecer aqui uma empresa mercantil: e, se as instituições ainda apresentam certos vestígios medievais, as Capitânicas não eram feudos, ou eram instituições híbridas.

Examinou, a seguir, os fundamentos jurídicos do regime: as cartas de doação e os forais, o conjunto de direitos e obrigações que encadeavam o Rei, os Capitães-mores e os colonos. Deteve-se um pouco em tórno dos donatários, de sua procedência social e de sua experiência colonizadora no Oriente. Assinalou, para finalizar a primeira parte, o malôgro do sistema, em seu conjunto, com exceção das

Capitanias florescentes onde foi bem sucedida a experiência da cana de açúcar; e pôs em realce o problema capital da mão-de-obra que se sucedia à fase do escambo entre brancos e índios, fase à qual sobreveio a escravidão dos incolos pelos conquistadores, provocando a reação guerreira dos escravizados. O regime também não favorecera ao estabelecimento de um sistema permanente de defesa da terra, nem atingira a outros objetivos imediatos da Realeza; e por isso foi instituído o Governo Geral, objeto da segunda parte da aula.

Explicou a candidata que a centralização administrativa não derogava o regime das Capitanias; e que a carta de nomeação de Tomé de Souza já constitui um primeiro informe sobre a nova sistematização, cujas diretrizes aparecem mais especificadas no Regimento passado ao primeiro Governador, documento do qual foram principalmente realçados dois pontos: a reformulação do problema da exploração das terras e do problema do gentio rebelde, com a pacificação e a catequese. Depois da análise da estrutura governamental, dos órgãos e funções administrativas, a aula foi concluída, com duas observações essenciais: a centralização, consubstanciada no Governo Geral, aliás não tão ampla como no Império colonial espanhol, não se impôs de imediato, dadas as resistências dos donatários e a circunstância desfavorável das distâncias que separavam as Capitânicas; assim mesmo, a centralização constituiu fator de unidade territorial e estimulou a congregação de esforços, na defesa da terra.

*

DEFESA DE TESE.

CANDIDATA EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

Arguição do prof. Wanderley Pinto.

Salienta inicialmente o examinador a qualidade de redação, elogiando a correção da linguagem, a precisão do vocabulário e a boa elaboração do período. Menciona, em seguida, parecer-lhe o título demasiado amplo, pois sob a rubrica “áreas cafeeiras” cabem as províncias do Rio de Janeiro, brejo, baixada e serra acima, Minas Gerais; em boa área e São Paulo, Vale do Paraíba e Oeste, embora a autora quase se limite a São Paulo. Parece-lhe que, neste caso, no frontispício deveria constar “Escravidão na área cafeeira paulista” e todo o restante seria luxo de informação ou elementos para confrônto. Observa a repetição do epíteto “escravocrata”, termo anacrônico, não encontrado nos léxicos existentes, não se aplicando a palavra sequer a Martinho Campos ou Andrade Figueira. Julga que a candidata deveria ter integrado a pintura dos castigos nas senzalas no panorama das universais violências disciplinares do tempo, evitando distorcer a realidade ao apresentar o escravo na figura de um martir das crueldades do senhor. A seu ver o que deu destaque a êste aspecto da escravidão no Brasil foi a ênfase com que os propagandistas da abolição descreveram os castigos infligidos aos escravos. No que se refere à preferência dos escravos pelas galés, entende que o assunto

foi insuficiente pesquisado na tese, uma vez que foram esquecidos os célebres episódios de escravos que assassinavam seus senhores e que foram julgados e condenados à morte, mas tiveram a pena comutada em prisão perpétua. Quanto à explicação oferecida pela candidata à cerca do apóio dado por alguns setores ligados aos senhores de escravos à lei de supressão do tráfico de 1850, apóio esse que se explicaria pelo abarrotamento dos mercados de escravos e por um interesse na valorização dos mesmos, pergunta em que fontes se baseia para dizer que os mercados estavam momentaneamente abastecidos, bem como qual seria o grande número de escravos entrados anteriormente a 1850, dado este que explicaria a saturação do mercado e a criação de excedentes. A idéia de Burlamaque, citada na tese, de que o tratamento concedido ao escravo no Brasil era muito mais brando do que aquêle a que o mesmo estaria sujeito na África, poderia ter sido reforçada por numerosos outros testemunhos sobre as condições de vida nêsse continente, sendo de se destacar, particularmente, o trabalho do Pe. Vicente Ferreira Pires **Viagem de África em o Reino de Daomé**. A afirmação da candidata de que Bernardo Pereira de Vasconcellos teria feito “de maneira declarada e confessa, a defesa doutrinária da escravidão”, opõe o reparo de que a assertiva não encontra amparo na documentação citada, ou seja, nos **Anais da Câmara dos Deputados**, de 24 de julho de 1835. Quanto aos efeitos da lei de 1871, do “Ventre Livre”, terem sido muito mais psicológicos que reais, é a própria candidata quem fornece os elementos para contraditar tal afirmativa, quando menciona o número de emancipados em 1789, sem falar nos milhares de emancipados ao nascer. A mencionada insistência de Pedro II, em 1868, na “Fala do Trono”, sobre a necessidade da reforma, diz que tal insistência não se concretizou naquela “Fala do Trono”, pois a isso se opôs o Gabinete Itaboraí. Quanto à pretensa moderação de Dantas, considera-a um indesculpável engano, pois este para obter a aprovação de seu projeto apelou inclusive para a intimidação, levando a questão para as ruas. A candidata parece não apenas ter-se esquecido de que a pressão demagógica de Dantas constituiu-se numa fase da marcha da libertação dos escravos, como parece querer contestar tal fato, aludindo à sua moderação. Termina, informando ter sublinhado toda a tese, não para emendas ou contestações, mas sim para colóquios de aplauso e conformidade.

Resposta da candidata:

Ressalta, inicialmente, a importância da obra do prof. Wanderley Pinho, particularmente o seu livro **Memórias de um Senhor de Engenho**, comentando ainda o valor da biografia do Barão de Cotegipe e **Salões e Damas do 2.º Reinado**, trabalhos que provam que o historiador não deve fazer meramente obra de especialista e sim dedicar-se a um público maior, só assim realizando sua função social, atingindo um público cada vez mais avido de História. Suas obras, baseadas em textos profusamente ilustrados, gráficos, desenhos e gravuras, demonstram que não é só com textos escritos que se faz His-

tória. Quanto às incorreções de linguagem apontadas, a autora reconhece a procedência da crítica, que aliás seria válida também para várias outras não apontadas e que se devem mais à cochilos da datilógrafa, não corrigidos por ausência de tempo. Relativamente à sua participação emotiva no tratamento do assunto, reconhece a afinidade de seu pensamento com o de Nabuco e Ruy, pois transcreve, inclusive uma frase do primeiro à título de epígrafe, mas nega sua intenção de participar no movimento abolicionista como historiador, pois sabe caber à este evitar o juízo de valor. Sua abordagem deve ter o intuito de esclarecer e não para julgar, embora nem sempre seja fácil manter o espírito de objetividade necessário aos trabalhos. Entende que o capítulo dedicado aos castigos a que eram submetidos os escravos não chega a revelar essa participação, pelo desenvolvimento concedido à esse aspecto particular do assunto. Pela leitura que fezera do livro de Victor Schoelche *L'esclavage et l'abolition*, pudera verificar o quanto era genérico o problema das repressões violentas ao cativo, no caso particular daquele localizado na zona das Antilhas. Variava, contudo, conforme o contexto social em que se insere e conforme a época estudada, assim a violência se intensifica quando a necessidade do trabalho do escravo é grande, decrescendo, por outro lado, quando a economia entra num período de decadência. De qualquer forma, não foi sua intenção dar uma visão impressionista do problema para criar um clima emotivo. Embora concordando com o examinador quanto à existência de numerosos exemplos denunciadores de um regime de violências fora da área cafeeira paulista e reconhecendo que o castigo é uma instituição nacional nesse período, julga, todavia, que não é por isso que ele deixa de ser específico do sistema escravista. Quanto à utilização da palavra "escravocratas" diz não ter sido sua intenção utilizá-la, o que não impediria fosse usado o termo escravista, o qual realmente existiria. Analisa a diferença existente entre os conceitos "emancipador" e "escravista", aduzindo que o primeiro era favorável à uma lenta abolição da escravidão ao passo que o segundo a ela se opunha. Reconhece a importância de um estudo comparativo com o mesmo problema nas áreas do Nordeste, o qual se propõe a realizar futuramente. Sobre os assassinios de senhores por escravos desejosos de serem condenados às gales perpétuas, julga que o exemplo vem em abôno de sua tese, a qual se apoia na idéia de que o julgamento do historiador não deve se referir a casos isolados, procurando antes de tudo, caracterizar o sistema. Ratifica seu pensamento quanto à idéia de Burlamaque sobre as condições de vida do escravo negro trazido para o Brasil, a qual em seu entender é uma racionalização, advinda da dificuldade encontrada por certos historiadores em superar uma visão tradicional que aquela sociedade escravista gerou, como transparece no caso de Gilberto Freyre, em *Ordem e Progresso*, quando cita o caso do Conselheiro Silva, o qual sendo negro, descendente de escravos, votara contra uma medida que beneficiava a estes, assim contribuindo — sempre no entender de Gilberto Freyre — para a coesão nacional. A respeito da ineficácia da "Lei Rio Branco" diz a candidata ver-se obrigada a

manter sua posição, que lhe parece a única aceitável, isto é, que a mesma foi elaborada visando efeitos paliativos, de compromissar a situação conflitual que se gerara com o abolicionismo de um lado e os interesses de uma camada senhorial que procura manter por mais tempo o regime escravista, de outro. Seu resultado mais importante é psicológico, mesmo porque em um de seus dispositivos ela dá ao senhor a possibilidade de manter a seu serviço até 21 anos as crianças filhas de escravos ou entregá-las ao poder público, opção raramente utilizada. Relativamente à objeção levantada quanto à moderação de Dantas cita frase dêste em que declara referindo-se ao encaminhamento que deve ser dado à questão escravista: “nem recuar, nem parar, nem precipitar, é preciso caminhar, mas caminhar com segurança, marcar a linha que a prudência impõe e a moderação aconselha”. Não nega o empolgação de Dantas, acha, entretanto, que êste é um homem que pertence à sua classe social, que quer salvar a situação, que percebe a ameaça que paira sobre a escravidão por via do abolicionismo e que propõe uma lei que não é nem radical nem extrema — a “Lei dos Sexagenários” — cuja característica é de atenuação do processo, isto é, conceder um pouco para não perder tudo. Nêste sentido é que entende poder falar em moderação de Dantas. Endossa inteiramente a idéia do prof. Wanderlei Pinho sobre a importância da participação do escravo em sua auto-libertação, aspecto que em geral tem passado despercebido. Quanto ao fato de não ter caracterizado a escravidão na área cafeeira, restringindo-se apenas à área paulista, justifica-se a candidata alegando que não existem áreas paulistas a rigor, uma vez que a zona estudada — o Vale do Paraíba — é uma unidade indissolúvel, que transcende os limites meramente administrativos e geográficos. Tôda a documentação, Anais do parlamento ou viajantes, por exemplo, refere-se aos problemas estudados na tese sem discriminar as áreas. Dada a similitude da maioria dos aspectos apresentados, as conclusões extraídas do estudo da área cafeeira paulista podiam ser estendidas para outras zonas, como aquelas localizadas em Minas e no Rio; para reforçar, todavia, essa extensão, procurou a candidata realizar pesquisas nos arquivos dessas duas províncias.

Arguição do prof. Francisco Iglésias.

Salienta inicialmente a importância do tema abordado, pois a escravidão e seu fim constituem o grande problema da História do Brasil no século XIX, colocando o seu encaminhamento a questão da vida brasileira no século atual. Lembra outras contribuições sobre o tema do escravismo, entre as quais são de se salientar aquelas devidas a especialistas da Universidade de São Paulo, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e outros. Em crítica geral à tese diz ter sido a mesma bem planejada, refletindo-se êsse cuidado no quase esgotamento do assunto, embora à primeira vista pareçam faltar os aspectos políticos, que estão contudo na parte dedicada ao estudo das ideologias. Como se trata de um estudo em extensão, aparecem longas passagens excessivamente descritivas,

como as que se encontram no 1.º capítulo da 2a. Parte, **Aspectos da vida do escravo nas zonas rural e urbana**, onde muito do que é apresentado não tem importância para o entendimento do processo de desagregação do escravismo. O trabalho poderia ser mais conciso, colocando-se para a reconstituição só o essencial, com o que as grandes linhas interpretativas ganhariam relevo. No capítulo inicial do 1.º volume sobre a expansão cafeeira e a mão-de-obra escrava, quando é tratado o problema das plantações de café e a substituição das lavouras de cana pelos cafeeis, deveria ter havido uma referência mais explícita ao motivo dessa substituição, como também às crises sucessivas que afetam o mercado açucareiro, impondo outro cultivo. Ao 4.º sub-capítulo faz dois reparos: o primeiro refere-se à citação da opinião de Christie sobre a importância da pressão britânica para a promulgação da lei supressora do tráfico, opinião essa que é bem posterior à lei, enquanto os representantes britânicos no Rio, em 1850 e anos imediatos, emitiram opinião semelhante, merecendo igual citação na tese; o segundo refere-se à pseudo-importância da opinião pública na supressão do tráfico, opinião que se pode pôr em dúvida à vista de nota da própria autora lembrando que os liberais atribuíam à pressão inglesa a promulgação da referida lei. Julga, ainda, um pouco forte dizer-se que o desembarque clandestino se manteve até 1850, mais ou menos intenso. Relativamente às primeiras experiências tentadas com o trabalho livre, embora achando que a autora aproveitou bem a matéria e encarou os problemas com justiça, julga que o assunto poderia ter sido tratado de forma mais interpretativa, focalizando a diversidade de interesses entre o governo central e aquele das províncias. Esse filão que é muito rico para o entendimento do processo social brasileiro, não foi devidamente explorado. Nota a falta de uma referência mais explícita à memorável década dos cinqüenta, quando o país sofre um impacto renovador, decorrência da sempre lembrada "Lei do tráfico". O malôgro da chamada "era Mauá", época de incipiente industrialização, logo freada pela arcaica estrutura social do país, deveria ter sido mais considerada na tese. Salienta a falta de referência ao processo de comercialização do produto, uma vez que não se cogita da colocação do café no mercado, de sua exportação e de seus agentes. Não há referência ao comissário, agente que se liga ao fazendeiro e que por vezes o domina. E é através dessa figura que o café se liga ao consumidor longínquo. E' por esse intermédio que a economia cafeeira se liga ao comércio internacional, parte de um processo econômico característico do sistema colonial, em que o produtor brasileiro se integra no sistema capitalista do Ocidente. Falta menção mais explícita à maneira pela qual se verifica a especialização progressiva da fazenda. Essa especialização é responsável pelo fato alviçareiro da criação do mercado interno. Enquanto o açúcar foi auto-suficiente, pelas limitações da época, o café permitiu maior capitalização e a conseqüente distribuição da renda pelo corpo social. A chamada dialética do café, uma economia agrária que fundamenta uma economia industrial, está num começo tímido no período estu-

dados pela autora e devia ser referido. Nota a falta, também, de um capítulo sobre a instrução técnica. Sabe-se que no Império essa instrução não lançou raízes firmes, mas foi percebida como necessária pelos poderes públicos. Cuidou-se não só da distribuição de livros entre fazendeiros, por iniciativa oficial e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, como do estabelecimento de escolas, como as de agricultura, jardins botânicos, fazendas-modêlo, liceus de artes e ofícios, etc. Essas iniciativas vegetaram, pois o país cultivava valores retóricos, sem cuidar dos trabalhos agrícolas ou mecânicos, uma vez que o escravo — visto como responsável por tais trabalhos — deixava-os estigmatizados como indignos do homem livre. Apesar da insuficiência numérica ou quantitativa dessas escolas dedicadas ao ensino técnico, de sua ineficácia, a criação delas deve ser referida como tentativa séria de renovação do quadro obsoleto. Em São Paulo elas devem ter sido feitas, e a autora deveria referi-las, quando só o faz muito de passagem. A 2a. parte, sobre as condições de vida do escravo é a mais breve da tese e se ressent, no entender do examinador, de um caráter eminentemente descritivo. Não que essa parte fôsse dispensável ou ociosa, pois compõe bem o quadro da escravidão na área cafeeira, mas é bem menos interessante. Bem mais digna de consideração é a 3a. parte, sobre a escravidão e a ideologia, em que se notam as opiniões escravistas e anti-escravistas, apresentadas não através de resumos ou vagas referências, mas da leitura dos próprios textos, muitos dos quais de acesso bem difícil. Na última parte, no capítulo 3.º, em que é estudada a abolição, e no qual se destaca o sub-título sobre os agentes do abolicionismo e no último sub-capítulo **Repercussões do abolicionismo** foi pena a autora não se prolongar mais na perspectiva do quadro, revelando os dramas advindos, menos para os fazendeiros, que só alguns, de algumas áreas se arruinaram pela falta de visão da realidade, menos para os fazendeiros do que para o escravo, que precisou adaptar-se a uma nova ordem, que somente lhe trará dificuldades. Finalmente, faz uma breve observação sobre a apresentação do trabalho dizendo haver notas que deveriam estar no texto, assim como passagens do texto que deveriam estar em notas, lembrando alguns exemplos.

Resposta da candidata:

Inicialmente, e declarando-se inteiramente de acordo com elas, cita as seguintes palavras do próprio prof. Iglésias: "o papel do historiador, portanto, é colocar o assunto no domínio da pesquisa e das noções objetivas, pondo de lado o saudosismo romântico e ingênuo" que a seu ver marcaram profundamente a historiografia brasileira. Entende, também, que ao historiador cabe divulgar o conhecido, sem descurar de procurar fazer uma História com "h" maiúsculo, fundamentada em pesquisas. Quanto à observação de que um dos volumes é largamente descritivo acha que se trata mais de uma questão de gosto, pois a outros justamente esta parte talvez fôsse a mais atraente. De qualquer forma julga-se obrigada a uma definição só-

bre a matéria: ao realizar o trabalho procurou equacioná-lo igualmente em termos descritivos e explicativos. Ele é num certo sentido uma experiência metodológica de quem está procurando um método, um sistema, tentando ao mesmo tempo que realiza o trabalho, aprender qual a melhor maneira de se escrever História. Lembra a classificação de Fernand Braudel — História de tempo curto e História de tempo longo — uma se referindo à estrutura e a outra à conjuntura. Existe uma História que se atém ao episódio — aquela que se preocupa com o tempo curto e que os franceses chamam de **evenementiel**, a História do acontecimento. Por outro lado, há uma história que é mais socializante, que cai num tipo weberiano, que se preocupa com os grandes mecanismos tipos da evolução e do processo de mudança. A título exemplificativo cita o livro de Carlo Antoni **Do historicismo à sociologia**, onde se analisa a evolução da historiografia de Troelcht a Weber. A candidata diz ter procurado fazer uma História que não se enquadrasse rigidamente em nenhuma das duas correntes, mas que combinando os dois aspectos, resultasse numa tentativa de conciliação. Na feitura de seu trabalho não se preocupou apenas com os aspectos objetivos, isto é, os aspectos objetivos que se inferem das coisas concretas, mas também com aquilo que pensam os personagens envolvidos nos acontecimentos, embora muitas vezes o que êstes digam ou pensem não seja o que realmente acontece. Reconhece ter sofrido uma certa influência do livro de Stanley Stein sobre **Vassouras, Grandeza e Decadência do Café**, pois o mesmo combina de um lado a análise do processo de mudança e de outro o quotidiano. Quanto à ação do Estado concorda em que realmente há uma divergência entre o Poder Central e o das Províncias, ressaltando, entretanto, que êste Estado não é um ente abstrato, uma vez que a sua ação se concretiza através dos homens e que são as idéias dêstes homens que se refletem na Administração. E foi por isso mesmo que apontou a contradição existente na própria política imperial em relação à criação dos núcleos coloniais, mostrando como essa política de criação de núcleos não é favorecida quando os paulistas estão no poder — caso de Antônio Prado no Ministério da Agricultura — adotando-se orientação que beneficiava as fazendas com contingentes de emigrantes. Sòmente se voltava a favorecer a criação de núcleos quando subiam ao poder outros elementos, representantes de outros interesses não ligados à lavoura paulista. Cita, ainda, o exemplo de Vergueiro, obtendo recursos para iniciar a experiência da parceria, quando de sua passagem pelo Ministério. Para esclarecer a questão da carestia de gêneros, menciona o livro do prof. Wanderley Pinho **Cotegipe e seu tempo**, no qual o mesmo fala na existência de um “pequenoencilhamento” ocorrido por volta do período em que se estingue o tráfico e que determina uma euforia semelhante àquela verificada na época de Ruy Barbosa — espírito de jôgo e amor ao luxo. Como o assunto não se enquadrava inteiramente no esquema da tese, não aprofundara as pesquisas sôbre o assunto, embora julgando-o bastante interessante; de qualquer forma nutre certas dúvidas quanto à alegação usual da que essa propalada

euforia — resultaria da libertação dos capitais empregados no tráfico negreiro — pois, a seu ver, grande parte dos mesmos teria refluído para o tráfico interno. À propósito da não inclusão do problema da comercialização do café, diz tê-lo mencionado, embora brevemente, quando tratou da questão dos transportes, não tendo dado maior realce ao assunto por não lhe ter parecido fundamental incluir a figura do comissário dentro do sistema escravista. Acha ponderável essa inclusão para o estudo da economia cafeeira e menos relevante para a compreensão do sistema escravista. A especialização progressiva da fazenda e a criação do mercado interno, fenômenos mencionados pelo examinador, são apenas perceptíveis no período estudado, dando-se sua efetiva concretização em época posterior à abolição, principalmente com a entrada do emigrante livre. Quanto à instrução técnica, reconhece ter ocorrido a omissão apontada, embora o próprio examinador forneça uma ressalva quando assinala a pequena eficácia e importância dessa instrução especializada no Império. A título de esclarecimento informa ter-lhe chamado a atenção que a preocupação com a instrução técnica é muito maior na Província de Minas Gerais, parecendo-lhe bastante característica de uma realidade sócio-econômica, que ao observador despreparado pode dar a impressão de que aquela sociedade tão preocupada em criar escolas é profundamente culta, o que de fato não ocorre. Muito mais importante pareceu-lhe o problema da mecanização da agricultura — assunto que embora estudado na tese, não teve um desenvolvimento maior por falta de documentação — pois a mera formação de técnicos, sem uma estrutura econômica que pudesse absorvê-los, careceria de interesse histórico ou econômico. Quanto à mecanização, o que pode verificar, é a resistência que se lhe opôs, fato que atribui principalmente à escravidão e a toda estrutura a ela ligada; somente com seu término é que as máquinas começam a ser introduzidas e aceitas pelos fazendeiros, pois nesta altura o nível econômico já se modificara, permitindo essa melhoria. Sobre a repercussão da abolição na camada emancipada justifica a não abordagem do assunto à vista da existência de obra acabada e perfeita focalizando o assunto, ou seja, o trabalho do prof. Florestan Fernandes. Essa obra já estava pronta e responderia inteiramente à quaisquer indagações que pudessem surgir eventualmente.

Arguição do prof. Brasil Pinheiro Machado.

Inicia sua arguição juntando seus louvores aos que já haviam sido expressos pelos examinadores que o antecederam, salientando que o trabalho impressiona particularmente pela massa de pesquisas e pela ambição que teve a candidata na sua realização. A maior parte dos comentários que pretende fazer não serão propriamente objeções, restringindo-se suas observações a um único ponto, que lhe parece realmente fundamental, ou seja, ao aspecto metodológico. Tendo a candidata declarado anteriormente que o seu trabalho era principalmente uma tentativa metodológica de fundir várias tendências ou orientações para conseguir uma explicação total. Per-

gunta então: uma explicação total de que? A êste se resumiria sua exploração quanto aos objetivos da tese. Êstes objetivos estariam claramente expressos no sub-título da tese: **Aspectos sociais, econômicos e ideológicos da desagregação do sistema escravista**. O ponto nuclear, portanto, do trabalho seria a História da desagregação desse sistema, analisado a partir dos aspectos mencionados expressamente. E' a História de um processo. Todavia, a tese pelo excesso de pesquisa apresenta um aspecto derramado, estendendo-se por muitos setores que não lhe parecem significativos ou relevantes para o estudo da desagregação de um sistema social. Para poder colocar sua crítica, a qual será feita no final da arguição, tentará reformular os principais aspectos abordados na tese. De início julga que a candidata não deveria ter-se referido a escravidão nas "áreas cafeeiras" e sim na "área cafeeira", pois o trabalho se refere a uma área bem estabelecida, a área cafeeira do sul do Brasil. O pano de fundo de toda a História contida no trabalho é dado pela estrutura social a qual analisada inclusive de um ponto de vista sociológico pela autora permite-lhe afirmar, afinal, que o ponto de maior resistência à mudança está localizado na camada superior da sociedade, resistência essa consubstanciada, segundo a autora, numa "visão senhorial do mundo". O processo de desagregação do sistema escravista é lento, e vem desde a Independência, embora a candidata não o afirme expressamente. Conhece momentos de aceleração, com a cessação do tráfico e a campanha abolicionista e de retardamento, com as leis parcialmente abolicionistas e o poder parlamentar dos senhores de escravos. Verifica-se, portanto, que o processo de desagregação do sistema escravista é um processo a longo prazo e que como todo processo compõe-se de fases sucessivas, condicionando-se as posteriores pelas anteriores. O estudo do período final da escravidão na área cafeeira adquire particular importância em se considerando que é nela que ocorre a última grande concentração de escravos e é nela que o sistema se desagrega definitivamente. Saliêta a observação feita pela candidata quanto à fase abolicionista representar apenas uma etapa do processo de liquidação do sistema colonial no Brasil, uma vez que a liquidação do escravismo se enlaça com outros processos mais amplos, no caso o processo de descolonização do país. Refere-se à descrição da forma pela qual o escravo estava inserido na estrutura social do país na última fase do processo, constatando a mudança que se opera no sentido de aumentar cada vez mais a distância entre senhores e escravos, devendo-se atribuir o fenômeno à crescente europeização da classe senhorial que aumentando a distância social, elimina a acomodação anterior e gera conflitos antes inexistentes, o que constitui aspecto crucial da última fase do assunto estudado. Deteriora-se também o sistema de controle social à vista dos novos rumos ideológicos tomados pela ação política. Considerando todos êstes aspectos do problema pergunta o examinador: o que quis dizer exatamente a autora com o sub-título do seu trabalho **Aspectos sociais, econômicos e ideológicos da desagregação do sistema escravista**. Significa que êstes aspectos serão descritos ao lado do assunto fundamen-

tal ou que a autora estudou a desagregação do sistema escravista em função destes elementos? Se foram as alterações dos sistemas econômico, social e ideológico da sociedade global que induziram a desagregação do sistema escravista a tese deveria ser examinada desse ponto de vista, analisando-se de que forma o fizeram. Referindo-se à aplicação das formas de explicação sociológica, observa que as mesmas — para ter validade — devem apoiar-se forçosamente no estudo real do processo histórico, citando para esclarecer o que entende por “processo histórico” algumas palavras do prof. David Porter, criticando alguns historiadores. Conforme este especialista o processo histórico está sempre convertendo forças de uma natureza em fatores de natureza diversa, não podendo fenômenos de natureza política serem estudados unicamente em termos de análise política, o mesmo prevalecendo para os aspectos econômicos, sociais, etc. Dentro desta linha de pensamento, solicita da candidata maiores esclarecimentos sobre a forma como certos melhoramentos materiais, tais como a abertura de estradas, teriam contribuído para acelerar o processo de desagregação do sistema escravista. Fala, finalmente, na utilização pela candidata de certos conceitos sociológicos que, em sua opinião, poderiam ter sido aplicados, como efetivamente o foram, desde que melhor alicerçados do ponto de vista histórico.

Resposta da candidata.

Citando palavras do próprio prof. Brasil Pinheiro Machado constantes do trabalho apresentado por ocasião do Congresso de Professores de História de Curitiba, julga a candidata poder responder em grande parte as questões formuladas na arguição. Essas palavras se referiam ao objetivo daquele trabalho, os quais seriam testar as afirmações contidas em livro de Celso Furtado. As teorias formuladas por Celso Furtado, como teorias e não como doutrina, deveriam ser testadas pelos historiadores monográficos. Diz que foi exatamente o que procurou fazer em seu trabalho e que a observação feita quanto a um aspecto muitas vezes descritivo de certas partes da tese encontra sua explicação na sua procura de saber até que ponto certos mecanismos explicativos se comprovavam de fato numa análise empírica. Quanto ao objetivo da tese responde afirmando ter pretendido com seu trabalho criar um método próprio, embora sem a idéia de considerá-lo o método histórico, pois este variaria de acordo com o historiador e a época. Diz, mais, que o objetivo foi estudar a escravidão nas áreas cafeeiras e não na área cafeeira, porque tinha em mira estudá-la em duas áreas distintas: o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. O comportamento social e econômico dessas áreas foi diferente em face da escravidão, motivo pela qual acha justificado falar-se em áreas, pois elas se apresentam como realidades distintas. Sintetizando, diz que três foram seus objetivos fundamentais: em primeiro lugar demonstrar como evoluiu a economia dessas regiões nos vários aspectos que lhe pareceram importantes para o estudo da desagregação do sistema escravista; em segundo lugar verificar as transformações que se operam nesse período e em terceiro analisar a evolução

das ideologias. Em cada parte teve uma preocupação narrativa-explicativa e, em seguida, a de analisar até que ponto êsses planos deliberadamente selecionados se interrelacionavam. Procurou também estudar e mostrar como as transformações econômicas se refletiam na sociedade e as desta, por sua vez, se refletiam nas ideologias. Esclarece a questão do título e do sub-título dizendo que seu trabalho relete uma tentativa de investigação da escravidão nas áreas cafeeiras — e se fala na desagregação desse sistema é porque nessa fase o sistema está efetivamente se desagregando — e é por esse motivo que o título da tese é **Escravidão nas áreas cafeeiras**, pois seu objetivo maior era estudar a escravidão nas áreas cafeeiras em seus múltiplos aspectos, procurando as várias interconexões existentes entre os vários planos — econômico, social e ideológico — aí sim dando uma explicação. Tanto isto é verdade que procurou dar a cada parte uma conclusão autônoma, embora orientada no sentido de fornecer uma conclusão geral e final. Relativamente ao determinismo apontado pelo examinador como orientação nociva aos trabalhos históricos, salienta que foi procurando exatamente fugir a êle que não restringiu suas explicações a um único fator — ao econômico, por exemplo —, buscando, antes, explicar a desagregação do sistema escravista pela interconexão dos fatores que lhe pareceram mais importantes e evitando subordinar o homem diretamente a essas transformações estruturais e procurando salientar o seu grau de atuação e liberdade dentro desses condicionamentos. Para finalizar cita — ainda em apóio de sua maneira de encarar a História — frase do prof. Vercauteren em que o mesmo afirmava “tôda boa História é Sociologia, assim como tôda boa Sociologia é História”.

Arguição do prof. Sérgio Buarque de Holanda.

Refere-se de início à sua participação na banca, a qual tem características especiais de vez que numa primeira etapa a tese se destinava ao doutoramento da candidata e êle era o orientador da mesma, ao passo que, posteriormente, esse trabalho destinou-se ao concurso de livre-docência. De cada uma das leituras que efetuou do trabalho — a primeira delas quando a tese ainda estava em elaboração, e a segunda quando a mesma já estava pronta — recolheu impressões diferentes. Embora já tivesse feito críticas quando da primeira leitura — a maioria das quais aceitas pela candidata — confessa desejar fazer ainda algumas observações, que decorrem da visão de conjunto que lhe proporcionou a segunda leitura. Subscrive todos os elogios anteriormente feitos, salientando que o simples fato de ter aceito a orientação do trabalho já revela o seu reconhecimento do valor do mesmo. Observa, todavia, que a utilização de um processo acumulativo — um pouco à maneira de Gilberto Freyre — crítica, aliás, já feita pelo prof. Pinheiro Machado, não deixa ver bem o esqueleto, a urdidura, o entrosamento, a articulação dos diferentes aspectos. A linha mestra fica um pouco escondida, mesmo com a conclusão apresentada. A urdidura oculta desaparece em favor desses pequenos aspectos. A propósito da utilização de con-

ceitos tais como “História de tempo curto” e “História de tempo longo”, observa que nem sempre os esquemas abstratos podem ser utilizados, citando como exemplo a pouca eficácia de se tentar inserir uma economia primitiva — como é a do açúcar em São Paulo — num processo mais amplo de pulsações econômicas, pela falta de entrosamento entre ambos. No trabalho que se examina o processo cíclico é visível quando se fala na carestia de gêneros ocorrida por volta de 1850, muito embora os autores da época tenham procurado explicar o fenômeno por fatores locais, interpretação justamente criticada pela autora. Atribuem êsses autores o encarecimento dos gêneros a duas causas: 1) a absorção pela lavoura do café dos braços anteriormente empregados na lavoura de subsistência; e 2) o encarecimento dos escravos, em decorrência da cessação do tráfico em 1850, observando-se, inclusive que os dois fatores agem conjuntamente. A candidata observou bem que não são apenas êsses fatores que agem no condicionamento dos preços, assinalando o papel desempenhado por aqueles decorrentes da conjuntura mundial. De fato, o assunto tem sido estudado, inserindo-se o aumento dos preços de gêneros no Brasil num processo mais amplo, de caráter mundial. A propósito lembra menção da própria candidata ao fato de Caetano Furquim de Almeida, em 1858, ter relacionado o aumento dos preços com o surgimento do ouro na Califórnia. Observa, ainda, que êsse aumento de preços está inserido num processo mais amplo de prosperidade mundial, iniciado por volta de 1850. Entende ter havido pouca exploração dos processos cíclicos, problema apenas aflorado pela candidata ao tratar do aumento do meio circulante, quando relaciona êsse fato à conjuntura internacional. Menciona, a seguir, a observação de Kondratieff relativamente ao declínio de preços verificado nos Estados Unidos a partir de 1866 e na Europa a partir de 1870, num estudo relacionado com a descoberta do ouro da Califórnia. Acha que embora a autora tenha falado na decadência do preço dos gêneros a partir de 1870, bem como do aumento do preço dos escravos, não explorou devidamente o processo cíclico que aí se configura, como na Europa, a partir de 1850 numa onda ascendente até 1870. Quanto ao caso dos escravos cujo preço começa a subir a partir de 1850 — conforme afirmação da candidata — até atingir 1870 quando o preço dos gêneros cai e o dos escravos continua em ascensão. A candidata poderia ter dado a seguinte explicação para a divergência verificada: é que o escravo se constitui numa mercadoria *sui generis*, não fazendo parte do sistema de trocas internacionais e não recebendo salários. Seu preço, portanto, está muito mais sujeito a circunstâncias locais, nacionais. O aumento do preço do escravo ocorrido em 1850 — ao mesmo tempo em que se verifica o aumento do preço dos gêneros — constitui mera casualidade, pois num interferem decisivamente os fatores de ordem geral e no outro aqueles de ordem local, principalmente. A partir de 1870 as curvas de preços seguem direções diferentes, interferindo de forma marcante no preço do escravo a crescente dificuldade na sua aquisição. A êste respeito cabe salientar a situação paradoxal que se

verifica com o fato de que é o escravo que liberta o país do esquema econômico capitalista internacional, conjuntura que somente vai se modificar com a promulgação da “Lei Áurea”. Com referência à posição dos membros do Conselho de Estado, em 1866 — Eusébio, Nabuco, Visconde de São Vicente, Abaeté, Paranhos, Souza Franco e Itaborahy, que “votaram pela inoportunidade da medida (projetos Pimenta Bueno)”, acha que a expressão “inoportunidade” está certa em parte, embora falte a explicação do motivo de terem opinado contra a medida, o que daria uma visão falsa da sua posição. Como está dito dá a impressão de que o Imperador estava a favor da medida (libertação com indenização) e o Conselho de Estado contra, o que não corresponde à verdade, pois o Imperador não era mais avançado do que os outros. Finalmente, referindo-se à interpretação dada pela candidata aos efeitos do aditivo de Nabuco de Araújo, mandando aplicar mil contos do saldo do orçamento à alforria dos escravos, medida essa que teria apenas alcançado um efeito psicológico, discorda desse entendimento, pois foi esse fato que determinou a queda do gabinete Itaborahy, a ascensão do Gabinete São Vicente que, se não realizou a emancipação, preparou, contudo, terreno para o Gabinete Rio Branco que vai fazer a “Lei do Ventre Livre”. O efeito psicológico no caso foi tremendo.

Resposta da candidata.

Agradecendo a orientação que recebera do examinador, salienta a importância que teve o livro **Raízes do Brasil** na escolha de sua carreira. Ressalta, ainda, o papel desempenhado pelo prof. Sérgio Buarque de Holanda no campo da História da cultura no Brasil, onde se destaca de maneira singular. Respondendo às questões levantadas quanto à oportunidade e necessidade de uma análise mais aprofundada das curvas de preços do período estudado — particularmente quanto ao problema de seu encarecimento — diz que seu objetivo ao tratar da matéria era apenas caracterizar as conseqüências do fato e não dar seus mecanismos explicativos. O encarecimento era conseqüência de um processo e não seu determinante. O problema era do tipo daqueles que exigiriam uma reflexão maior — e ao qual a candidata não podia dedicar uma atenção maior dentro do esquema de trabalho a que se propusera — cabendo-lhe tão somente mostrar a relação existente entre esse encarecimento e a um processo que se desenvolvia paralelamente. Foi assim que mencionou a explicação tradicional do desvio dos braços da lavoura de subsistência para os cafezais, a qual de resto não lhe satisfazia, e também, a hipótese ligada à descoberta do ouro na Califórnia, constante dos documentos da época. Se não deu maior importância ao assunto foi porque não que era um fenômeno geral a todo o país. Justifica a inclusão do grásagregação do sistema escravista, especialmente em se considerando lhe pareceu que o mesmo fôsse essencial para a compreensão da deflção de preços para documentar a carestia mencionada na tese e a não inclusão de um outro para ilustrar o fenômeno de 1870 em diante à vista das dificuldades advindas das diferentes medidas citadas na

documentação, demandando um trabalho e uniformização tão grande que excedia inteiramente suas possibilidades de realização na oportunidade. Quanto ao problema do aumento do preço do escravo esclarece que o mesmo foi apenas citado e não amplamente discutido porque lhe pareceu óbvio o motivo determinante, ou seja, a escassez cada vez maior do cativo no mercado de trabalho. Sobre a observação feita a respeito do Ministério Itaborahy e da insistência do Imperador quanto à solução do problema escravista, explica que a dúvida surgida somente poderia advir da utilização de duas fontes diferentes, num caso a própria relação dos ministérios e noutra uma fonte secundária. O problema do Imperador teria sido afluído numa nota, onde mostra que a intervenção do mesmo tem sido muito discutida, inclinando-se os historiadores para duas posições: ou vêem a questão de uma perspectiva escravista e consideram o Imperador responsável pela abolição, ou adotam uma posição abolicionista e julgam inoperante o papel do monarca. O certo, a seu ver, seria encerrar a atuação do Pedro II mais como um reflexo da conjuntura e das opiniões dominantes no período. As deficiências apontadas quanto à articulação geral do trabalho são reconhecidas pela candidata que atribui as mesmas a ter havido de sua parte uma certa timidez na conclusão, daí ter procurado mais demonstrar do que dizer a cada passo o que estava fazendo. Talvez pela amplitude da tese coubesse, realmente, explicitar melhor a articulação de suas várias partes.

Arguição do prof. Eurípedes Simões de Paula.

Inicia sua arguição mostrando como vários dos problemas abordados na tese estão dentro de seu campo — a História Medieval —, citando a opinião do prof. Michel Mollat que dizia constituir-se a História brasileira um magnífico exemplo para a compreensão da Idade Média, tal a interpenetração de aspectos arcaicos com a realidade atual. Fala, ainda, do problema do Cristianismo e do escravo — matérias também de seu interesse — o Cristianismo amenizando a escravidão, exatamente como sucedera na Idade Média. Salienta ter retirado do trabalho muita coisa de interessante para seus próprios estudos, bem como ter ficado satisfeito com sua leitura. Examinará a tese quanto à forma e quanto ao conteúdo. Referentemente ao primeiro aspecto, sugere à candidata a conveniência de deslocar as notas para o rodapé das páginas, assim como a de colocar os gráficos ilustrativos junto do texto a que se referem. Anota, também, a ausência da Geografia, particularmente considerando que a autora fala em áreas e os mapas dessas áreas não aparecem no trabalho. Relativamente ao conteúdo observa a falta de pesquisa em arquivos estrangeiros, mostrando como o material contido nesses arquivos podem ser utilizado sem a necessidade da presença do pesquisador nêles, uma vez que existem serviços especializados na obtenção de documentos microfilmados. Quanto às ilustrações da tese — estampas de Debret — diz que teria preferido ver em lugar delas fotocópias de textos de documentos. Nota, em seguida, que a candidata deixou de ver as principais fontes estatísticas sobre o trabalho

escravo: as **Balanças e as Gavetas**, material êsse que inclusive existe no Brasil, embora a parte principal esteja em Portugal. Êsse material poderia ter sido pedido, por exemplo, à Tôrre do Tombo, ao Arquivo Ultramarino, ao Arquivo Histórico Administrativo e das Finanças, ao Arquivo Nacional de Estatística, etc. Evidentemente, à candidata caberia verificar até que ponto êsse material se enquadraria aos objetivos de seu trabalho. Para a parte de legislação do trabalho escravo — ausente na tese — salienta a importância da Biblioteca da Faculdade de Direito que possui um acêrvo riquíssimo sôbre assuntos jurídicos, constituindo-se mesmo, conforme assertiva do prof. Alfredo Buzaid, na melhor biblioteca da América Latina sôbre assuntos de Direito. Nela existem, por exemplo, a Coleção da Legislação Portuguesa de Antônio Delgado da Silva, a Sinopse Cronológica de Anastácio de Figueiredo, a Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa de Justino da Silva, as “Leis Extravagantes”, material êsse que poderia, eventualmente, enriquecer o trabalho. Nota a ausência de confrontação dos dados estatísticos com a representação gráfica. Relativamente à questão da procedência dos escravos africanos — e ressaltando que reconhece a dificuldade do assunto — observa que a candidata esqueceu de citar dois pontos importantes no fornecimento de escravos para o Brasil: Caxel e Bissal. Talvez coubesse também no trabalho uma parte sôbre a diversificação cultural dos escravos, estudando-se qual foi seu processo de aculturação, quais os que se aculturaram melhor, problemas sociais, etc. O problema do **assiento** — tratado pelo saudoso prof. Rozendo Sampaio Garcia, do Museu Paulista, talvez devesse ser incluído, ainda que fôsse como nota de rodapé. A extensão das conclusões — ou de muitas delas pelo menos — extraídas do estudo da zona cafeeira paulista para outras áreas, parece-lhe menos justa — embora a ressalva do “muitas delas” — pois o certo seria adotar para problemas regionais soluções do mesmo tipo. As explicações dadas valerão para tôdas as áreas realmente? Sugere, depois, seja acrescentada à bibliografia um artigo da profa. Alice Canabrava sôbre o desembarque de escravos em Cananéia, uma vez que o assunto está tratado na tese. Quanto à informação sôbre a importação de milho, arroz e feijão dos Estados Unidos e da Europa, julga interessante acrescentar-se que também da Ásia chegou a haver importações de arroz — proveniente do Japão — pois o café tudo pagava. Sôbre a tentativa de imigração chinesa, mencionada pela candidata, aduz que o fato apontado não ficou apenas na tentativa, concretizando-se efetivamente com elementos que vieram para o Brasil, a fim de plantar chá. Referindo-se ao problema dos transportes — excelentemente tratado pela candidata em sua tese — diz ter notado uma lacuna na ausência de uma referência aos estudos de Aluisio de Almeida sôbre o desaparecimento das feiras de burros de Sorocaba, não explicando todavia, porque as mesmas desaparecem. Êsse desaparecimento que se deveu ao advento das ferrovias, poderia ter sido mencionado quando tratou do problema dos transportes, em suas ligações com a cultura cafeeira e o sistema escravista. Na parte relativa aos melhora-

mentos introduzidos na lavoura cafeeira faltou uma menção ao trabalho de Frank Goldman sobre a imigração americana, dos que vieram para o Brasil depois da Guerra da Secessão e que trouxeram uma série de técnicas novas, já adotadas pela agricultura nos Estados Unidos. Quanto à falta de interesse na criação de escravos, menciona a existência de fazendas para a criação de escravos, pelo menos na zona de Minas Gerais, de acordo com informações que conseguira recolher.

Resposta da candidata.

Agradece o estímulo que sempre recebeu do prof. Eurípedes Simões de Paula, dizendo, inclusive, da boa vontade que o mesmo demonstrou por ocasião de sua entrada no Departamento de História, atuando de forma a incentivá-la na carreira que resolvera seguir. Quanto às observações feitas relativamente ao aspecto formal do trabalho, concorda inteiramente em que as notas de rodapé devam ser deslocadas, facilitando a leitura do texto. Sobre a ausência da Geografia no trabalho, esclarece que reconhecendo a importância da mesma pensou em colocar um mapa de Van Delden Laerne sobre as áreas cafeeiras, projeto esse logo abandonado diante do custo estratosférico de sua reprodução e inclusão no trabalho. Quanto à falta de pesquisas em arquivos estrangeiros entende que as mesmas não eram fundamentais para a tese. As mesmas teriam sido importantes se o trabalho fosse sobre o período colonial, já se revelam muito menos importantes para o período Independente, sendo que para o problema do escravismo muito pouco se poderia obter deles. Se não fez transcrições de documentos de isso se deveu a que a maioria deles — quando sua importância o justificava — está incorporada no próprio texto. Somente julgou oportuno transcrever um único documento — um contrato entre um colono e seu senhor — considerada sua particular expressividade. Se incluiu gravuras foi porque esse tipo de documentação só dessa forma pode aparecer; o resto está na própria tese, largamente fundamentada em documentação. A extensão que faz das conclusões a que chegou para outras áreas não estudadas, somente é válida para certas áreas que possuíam características semelhantes às da zona paulista, não podendo ser estendidas para a Província do Pará, por exemplo, cujas características são completamente diferentes. Por outro lado, mesmo entre duas áreas muito mais próximas, como o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, existe uma diferenciação, a qual parece à candidata suficientemente esclarecida na tese, sem prejuízo da generalização feita dos aspectos comuns. Quando fala em “demais áreas” refere-se às Províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, cujas características são — no período estudado e quanto ao assunto da tese — semelhantes. Sobre a não utilização da legislação referente ao trabalho escravo diz a candidata que somente recorreu à mesma na medida em que a julgou necessária à elucidação de certos aspectos particulares, uma vez que o trabalho de Perdigão Malheiro esgota o assunto, do ponto de vista jurídico. Declara conhecer as “Leis Ex-

travagantes” e as outras coleções de leis citadas pelo prof. Eurípedes Simões de Paula, e que se não recorreu a elas em seu trabalho foi porque entendeu que a sua utilização só caberia bem num estudo comparativo da situação do escravo na Colônia e no Período Independente, assunto que escapava aos objetivos da tese. Quanto à procedência dos escravos diz ter tido o cuidado de fazer algumas referências na tese, existindo mesmo uma documentação do Arquivo Nacional (Série Histórica) que está citada, bem como uma série de documentos no Ministério da Justiça sobre apreensão de navios empregados no contrabando de escravos, onde se relaciona a procedência dos cativos. Os aspectos ligados à aculturação dos escravos não foram analisados na tese em parte por não se enquadrarem em seus objetivos e em parte porque — pela sua própria natureza — se encontram na área de interesse específico dos sociólogos, que dêles se tem ocupado.

*

CANDIDATA NÍCIA VILLELA LUZ.

Apresentou-se a Profa. **Nícia Villela Luz**, para defender sua tese sobre “A Política Brasileira e as Pretensões dos Estados Unidos na Amazônia (1850-1855)” no dia seguinte ao da arguição da candidata Emília Viotti da Costa.

A arguição da candidata foi iniciada pelo **Prof. José Wanderley de Araújo Pinho** que desde logo assinalou a novidade da documentação e a sólida urdidura da tese, mas fez restrições ao que lhe pareceu excesso de notas e citações interpostas ao texto, acrescentando ser vantajoso vertê-las em português. Considerou demasiado rigorosa a crítica da candidata ao trabalho precursor de Fernando Sabóia de Medeiros (“A Liberdade de Navegação do Amazonas”), por ser baseada em documentação de arquivos nacionais, exclusivamente; enquanto que a Autora deixou de consultar alguns dêles (Arquivo Nacional, Anais do Parlamento Imperial, jornais da época). A essas objeções, respondeu a candidata não ter tido nem a leve intenção de menosprezar a obra de Sabóia de Medeiros, nem pretender desvalorizar sua contribuição pessoal, mas tão somente mostrar em que elementos novos assentou sua tese, o que considera um dever de candidata; e disse concordar em que são necessárias novas consultas arquivais, antes de publicar seu trabalho, embora já tenha utilizado as fontes principais: as do Itamarati e as dos Estados Unidos. Entre as demais objeções, importam as seguintes: o arguidor se opôs à afirmativa de que a Amazônia, ante a cobiça norte-americana, esteve a pique de ser transformada em um novo Texas; e levantou dúvidas quanto a estar o Brasil diplomaticamente isolado, na época. Esclareceu a candidata (em considerações que repetiria ao segundo examinador, Prof. Francisco Iglésias) que a idéia de poder vir a ser o Brasil amazônico um território invadido, um novo Texas, não foi formulada em termos absolutos, mas como ponto de partida para as conclusões da tese; a própria atitude de moderação do governo dos Estados Unidos, em face da pressão exercida por sulistas e flibusteiros, no sentido de executarem-se os planos de

ocupação daquele território, bem como as disposições do governo brasileiro para resistir, mostram que havia um perigo; tanto mais que certos depoimentos da época atestam a impossibilidade de defesa eficaz da Amazônia, escassamente povoada e desprovida de recursos militares suficientes. Quanto ao isolamento diplomático do Brasil, tomada a expressão em sentido absoluto, a candidata concorda em que seria um conceito errôneo; mas, o que ela quis dizer foi que os governos do Brasil então recebiam coligações que importassem compromissos internacionais rígidos, atitude que evoluiria para a tendência aos acordos, a partir do meado do século XIX.

O **Prof. Francisco Iglésias**, segundo a examinar, teceu inicialmente o elogio da candidata, já por suas atividades de docência, já por seus indiscutíveis méritos de pesquisadora, revelados em "A Luta pela Industrialização do Brasil", conhecida obra com a qual a tese de hoje tem muitos pontos de contacto. Essa tese é breve na forma, porém resultou de extenso trabalho; e a despeito do poder explosivo de seu conteúdo, a Autora tratou a matéria em termos de rigorosa objetividade científica, sem pregações, nem sentimentalismos. E traçou então o argüidor substancioso resumo da tese em aprêço.

Além de uma objeção referente ao perigo de transformar-se a Amazônia em um nôvo Texas, objeção cuja resposta em suas linhas gerais foi a apresentada a idêntica indagação do Prof. Wanderley Pinho, importa realçar outras duas, a saber: por que, adotando a Autora a correta orientação historiográfica de explicar os fatos políticos, dentro de um contexto econômico e social, não completou a análise dos interesses norte-americanos no Brasil, por uma visão mais ampla das diferenças entre os interesses regionais nos Estados Unidos (nortistas e sulistas) e por um exame, que não foi feito, das correntes importadoras e exportadoras entre os dois países; e por que, depois de estudar as reações da opinião norte-americana em relação aos projetos de livre entrada na Amazônia, não fez o mesmo relativamente à opinião brasileira. Com referência à primeira objeção, redargüiu a candidata que não se aprofundou na matéria, porque uma análise mais minuciosa do comércio entre o Brasil e os Estados Unidos equivaleria quase a uma nova tese, preferindo, assim, limitar-se ao Caribe nesse ponto. E a respeito da segunda observação, disse que pensou em captar as reações da opinião pública brasileira, e consultou alguns números dos Anais do Parlamento, compulsou exemplares do Correio Mercantil; mas, concluiu que foi fraca a repercussão do episódio e, por isso entende ser irrelevante tal aspecto, pois não chegou a haver movimento de opinião pública brasileira.

Seguiu a argüição do **Prof. Brasil Pinheiro Machado**, precisa em sua concisão, podendo assim resumir-se nestas linhas: acha o examinador que a tese em aprêço é a primeira etapa de um trabalho a ser completado em tempos subseqüentes; a Autora terminará então a reconstituição do amplo contexto histórico, dentro do qual se insere o tema versado, já dispondo das bases científicas para essa

construção. E levantou duas objeções essenciais: nem o capítulo inicial que atribui ao tenente Maury, autor dos planos de expansão norte-americano na Amazônia, uma “visão paradisíaca” daquele mundo maravilhoso, nem as conclusões da tese se adaptam ao contexto histórico que, pelo menos em parte, é reconstituído nos capítulos precedentes.

Em resposta, a candidata justificou a inclusão do primeiro capítulo, talvez composto sob a influência do conceito de “visão do Paraíso” aplicado à História do Brasil pelo Prof. Sérgio Buarque de Holanda, dizendo que o fez para realçar o atrativo do mundo amazônico sobre o ânimo de um homem como Maury, imaginoso e ardente, de certo modo aparentado com o espírito dos utopistas e românticos que tanto exaltavam aquela imensidão geográfica, sob o influxo até de Humboldt e Castelnau; o capítulo visa sobretudo a explicar a fascinante personalidade desse homem, misto de romântico e aventureiro. Quanto às conclusões, deteve-se mais na idéia de auto-determinação que o argüidor tinha dúvidas em aceitar, dizendo que usou a expressão e a idéia, para mostrar que esta não é novidade dos nossos dias; e que, se a situação do Brasil, como nação ainda não dotada de amplos meios de defesa, não mudou muito a fundo, é explicável que se continui falando em auto-determinação, tanto em relação à política do passado, quanto em relação à atualidade. Finalizando, reconheceu a necessidade de completar o quadro da conjuntura internacional que condiciona o momento da história diplomática do Brasil, abordado em sua tese; e considera o Perú como o país-chave para a ampliação de suas pesquisas, sem esquecer os arquivos da Inglaterra, da França e do Brasil.

O Prof. Sérgio Buarque de Holanda, quarto argüidor, confessa, de início, certo embaraço em criticar a tese, pois não foi orientador oficial da mesma, embora acompanhasse os passos de sua elaboração. Entre outras muitas observações, tocadas de erudição e espírito, lembrou à candidata que nem tôdas as informações bibliográficas parecem ter sido consultadas, como por exemplo os escritos de João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva que rememoram as pretensões de potências interessadas no Brasil. E acrescentou que poderia ter sido melhor esclarecida a posição dos Estados Unidos, na política internacional da época, bem como o movimento da “Young America” a estimular a expansão norte-americana pelas terras próximas (Caribe, México).

Em sua resposta, a candidata agradeceu a contribuição contida nas referências do argüidor a autores que, de vários modos, trazem subsídios úteis à sua tese, rejeitando, porém alguns, como Euclides da Cunha cuja informação sobre o assunto do seu trabalho ela não julga aproveitável. De passagem, considerou já respondida, pelos esclarecimentos dados ao Prof. Wanderley Pinho, a idéia do relativo isolamento diplomático do Brasil, sobre a qual o argüidor fizera restrições. E relativamente à “Young America”, entende que o papel desta, embora disfarçando o imperialismo, era o de estimular.

Terminou a prova, com a argüição do **Prof. Eurípedes Simões de Paula** que declarou ter achado a tese fechada, mas alegou dupla dificuldade para julgá-la: não ser êle especialista na matéria (estava na banca como único elemento eleito pela Congregação da Faculdade) e ser a tese um tanto especializada. Multiplicou, entretanto, suas indagações, das quais destacamos as seguintes: depois de manifestar que gostara do capítulo inicial, a “visão paradisíaca” da Amazônia, indagou se ainda não havia no século XIX, e não haverá até hoje uma influência da literatura mitica nessa tendência a exaltar aquela região e envolvê-la em mistério. Concordou a candidata em que, a despeito do racionalismo, os mitos ainda atuam. Suscitou depois o Prof. Simões de Paula esta questão: teria havido influência da doutrina de Monroe nas tentativas de expansão norte-americana na Amazônia? E o Mississipi, por sua vez, estaria aberto à navegação internacional? Obtemperou a candidata que a Doutrina de Monroe tinha em mira a Europa e que, em relação aos Estados Unidos, as concessões do Brasil resultaram de que nosso governo não contou com apóio europeu, e cedeu a conselho da Inglaterra; na Amazônia as potências acabaram por inclinar-se para uma composição de interesses. E o Mississipi estava aberto às nações até São Luís, conforme citação encontrada na própria tese. Por fim, perguntou o argüidor se não havia contradição entre a política fluvial relativa ao Amazonas e a concernente ao Prata. Entende a candidata que não, pois nas duas regiões nossas diretrizes eram as mesmas: liberdade de navegação aos países ribeirinhos; no Prata, uma política mais rígida da Inglaterra e da França forçou a abertura dos caudais, sendo isto uma derrota para o Brasil.

Ao longo de tôda a argüição, deu a candidata invariável demonstração de seguro conhecimento do tema versado, e de suas fontes básicas e complementares; e revelou igualmente agudo senso crítico e lucidez em suas respostas e contra-objeções. Ficou patente que sua tese é o ponto de partida para novas incursões aos arquivos e para a elaboração de novas monografias que ampliarão a visão histórica dos fatos por ela investigados.

*

As duas candidatas foram aprovadas e indicadas à livre-docência pela banca examinadora.

RAUL DE ANDRADA E SILVA

LUIS ANTÔNIO DE MOURA CASTRO

—

NECROLÓGIO.

NILS HEDBERG.

O Instituto Ibero-Americano de Gotemburgo tem o doloroso dever de comunicar que o seu inesquecível Diretor, Doutor Nils Hedberg, faleceu dia 24 de novembro último, em consequência de doença do coração, de que sofria já há alguns anos.

O Dr. Hedberg foi o criador do Instituto e durante 25 anos dedicou tôdas suas fôrças para o seu desenvolvimento. Aspirava fomentar o intercâmbio cultural entre a Suécia e o mundo ibero-americano — e seus objetivos foram coroados de pleno êxito. O Instituto está atualmente dotado de uma das coleções de livros, em espanhol e português, das mais valiosas que existem no Norte da Europa.

Como Diretor, o Dr. Hedberg é insubstituível. Mas o pequeno grupo de colaboradores, que havia reunido em tórno de si, está apto para prosseguir com os trabalhos e conhece bem a vasta correspondência que, durante os anos, logrou manter com aquêles que em todo o mundo se preocupam pela colaboração entre a Suécia e os países ibero-americanos. Até onde lhe seja possível, tratará êste grupo de continuar a obra segundo as diretrizes traçadas por seu criador.

Os colaboradores confiam em poder manter e atender às relações entabuladas pelo Dr. Hedberg e têm esperança de que seus esforços sejam acolhidos com a mesma compreensão e boa vontade que têm sido dispensados ao Instituto, as quais foram sempre motivo — até seus últimos momentos — de profunda satisfação para o Doutor Hedberg.

Gotemburgo, em 6 de dezembro de 1965.

Pelo Instituto Ibero-Americano

Dr. HADAR BERGLUND

Director ad-interim.

* *

IV SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA.

(1a. e 2a. circulares).

Ficou decidido entre o Presidente da Associação, Prof. Eurípedes Simões de Paula, e o Diretor do Núcleo Regional do Rio Grande do Sul, Prof. Dante de Laytano, que o IV Simpósio será realizado na cidade de Pôrto Alegre, por ocasião da Semana da Pátria, em setembro de 1967.

O tema geral para o referido Simpósio será aquêles que foi escolhido em Franca, isto é: **Imigração e colonização**. De acôrdo com o que ficou resolvido (1) o Prof. Eurípedes Simões de Paula convidou dentre outros, para apresentarem uma comunicação, sob responsabilidade exclusiva do Autor, os seguintes professores:

Amaro Quintas — “Política Imigratória no Nordeste Brasileiro durante o período republicano”.

Carl Laga — “Penetração e absorção de grupos estrangeiros no Império Bizantino”.

Dante de Laytano — “Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul” (*).

(1). — Vide Maria Regina da Cunha Rodrigues, **O III Simpósio dos Professores Universitários de História** (Franca, 3 a 7 de novembro de 1965), in “Revista de História” n.º 64, outubro-dezembro de 1965, volume XXXI, págs. 445-454.

(2). — Título provisório a ser posteriormente precisado.

Eduardo d'Oliveira França — “A colonização da Capitania da Bahia no século XVI.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo — “Imigração e Colonização na América (*)”.

Francisco Iglésias — “Natureza do colonialismo no século XIX (*)”.

Hélio Dantas — “Imigração e Colonização no Nordeste (*)”.

Jorge Calmon — “A tentativa de colonização alemã na Bahia”.

Maria Cecília Westphalen — “Problemas metodológicos do ensino da História”.

Pedro Moacyr de Campos — “A expansão alemã no mundo eslavo durante a Idade Média”.

Sérgio Buarque de Holanda — “Imigração e Colonização”.

Ulpiano Bezerra de Menezes — “Um aspecto da colonização grega (*)”.

Walter F. Piazza — “Colonização e Imigração em Santa Catarina (*)”.

Além desses relatores, qualquer associado poderá apresentar uma comunicação espontânea, mas sempre dentro do tema oficial **Imigração e Colonização**, com a extensão máxima de 20 páginas datilografadas em tamanho ofício.

Tôda a correspondência relativa ao Simpósio deverá ser dirigida à Profa. Alice Piffer Canabrava (Secretária Geral). Caixa Postal n.º 8030. São Paulo.

MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES

* *

NOVA DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL.

Em 5 de agosto do corrente ano, data comemorativa do 46.º aniversário de fundação do Instituto, foi eleita e empossada a sua nova diretoria, que regerá os destinos da entidade no biênio 1966-1968. Ela ficou assim constituída:

Presidente Perpétuo: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

1.º Vice-Presidente: Ministro Moysés Vellinho (re-eleito).

2.º Vice-Presidente: Prof. Dr. Armando Dias de Azevedo (re-eleito).

1.º Secretário: Dr. Olyntho Sanmartin (re-eleito).

2.º Secretário: Cel. Arthur Ferreira Filho.

1.º Tesoureiro: Cel. Mário Calvet Fagundes (re-eleito).

2.º Tesoureiro: Dr. Renato Costa (re-eleito).

Orador: Dr. José Pereira Coelho de Souza (re-eleito).

Bibliotecário: Mons. Dr. João Maria Bento Balem (re-eleito).

Conselho Fiscal: Ministro Guilhermino César (re-eleito); Gen. Dr. Riograndino da Costa e Silva (re-eleito) e Dr. Paulo Juarês Pedroso Xavier (re-eleito).

Foi ainda nomeado para o cargo de Administrador da Instituição o Sr. Thomaz Carlos Duarte.

E. SIMÕES DE PAULA

MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Embora criado em 1964, pelo Decreto n.º 43.641, de 24 de junho desse ano, na condição de Instituto Universitário, somente agora está podendo o Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo entrar efetivamente em atividade, graças à cessão da área de quase 1.000 m² no novo prédio da Divisão de Geografia e História, na Cidade Universitária.

Tal área, contudo, não foi ainda devidamente equipada, já que o orçamento do Museu — que poderia atender às despesas ordinárias de manutenção — é insuficiente para as despesas extraordinárias da instalação. Muito dificulta, igualmente, o exercício pleno de suas atividades, a falta de pessoal em número suficiente para a constituição do indispensável **staff** científico. Acresce que o acervo do Museu, por falta de local, passou mais de ano e meio encaixotado, após a inauguração, o que impediu o seu estudo. Na exposição inaugural, as peças foram apresentadas levando em consideração apenas as proveniências imediatas, isto é, os museus doadores (o acervo inicial compunha-se de 536 peças doadas pelo Governo italiano e que ilustravam diversas épocas e civilizações da Península Itálica, da Pré-História ao Império Romano). Somente agora podem ser elas classificadas e catalogadas, trabalho essencial para o planejamento da Exposição e que está sendo executado pelo professor Ulpiano T. Bezerra de Menezes, em colaboração com Vera Penteado Coelho.

Por outro lado, o projeto de divisão da área disponível (compreendendo biblioteca, diretoria, sala de projeção, sala das exposições temporárias e sala de exposições do acervo) já foi elaborado pelo Arquiteto Hélio Penteado e será concretizado no ano vindouro. Também já estão sendo executada as vitrines e painéis, e cujo desenho é do arquiteto Júlio Katinsky.

Para não prolongar indevidamente a abertura definitiva de suas exposições, decidiu o MAA apresentar em caráter provisório e em vitrines que lhe foram temporariamente cedidas pela Fundação Bienal, algumas das peças do seu acervo, ou mais precisamente, as doações posteriores à mostra inaugural e que nunca foram expostas ao público.

Mesmo em caráter precário e em condições insatisfatórias do ponto de vista museológico, também, já começarão a ser expostas as demais peças do Museu.

Paralelamente, iniciou-se a série de exposições temporárias com a apresentação de 50 painéis compostos pela Unesco, versando sobre

a “Arte da Escrita”. A segunda exposição, que se prolongará até abril do ano vindouro, compreende 76 peças de arte pré-colombiana do Peru, da Coleção Bezzi, gentilmente emprestadas por sua proprietária, Da. Vera Bezzi Guida.

Muito esforço tem sido dedicado ao desenvolvimento da fototeca, coleção de diapositivos e biblioteca, no que tem o MAA recebido valiosa cooperação de entidades estrangeiras, principalmente da Itália, Alemanha e Grã-Bretanha. O intercâmbio científico tem sido feito sobretudo por intermédio do periódico oficial do Museu, **DÉDALO — Revista de Arte e Arqueologia**, cujo número II está por sair (o material do n.º III, por sua vez, já está pronto para entrar no prelo).

Para ampliar suas atividades em 1967, quando estará pronta sua sala de projeções passará o MAA a exhibir, periodicamente, filmes sobre arqueologia e história da arte e a organizar ciclos de palestras e conferências, assim como cursos de formação de monitores, especialmente para articular contactos com o ensino secundário.

Também serão organizadas exposições didáticas, com painéis e reproduções de documentos, estando já em preparação o estudo de três temas: “O santuário na Grécia antiga”, “A arte triunfal romana” e “O mosaico bizantino”.

O MAA está imensamente interessado em entrar em relação com colecionadores particulares ou possuidores de bibliotecas especializadas e que estejam dispostos a oferecer eventual colaboração.

ULPIANO T. BEZERRA DE MENESES.